



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Ciências da Educação
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA



Kelly Ayanna Peters Barros

PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE NA ÁREA DO DIREITO

Florianópolis
2009

KELLY AYANNA PETERS BARROS

PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE NA ÁREA DO DIREITO

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia sob orientação da professora Dr^a Rosângela Schwarz Rodrigues.

Florianópolis
2009

Ficha catalográfica elaborada pela acadêmica Kelly Ayanna Peters Barros do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina.

B2776p Barros, Kelly Ayanna Peters, 1977–

Periódicos de acesso livre na área do Direito / Kelly Ayanna Peters Barros. – 2009.

55 f.

Orientadora: Rosângela Schwarz Rodrigues.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências da Educação, 2009.

1. Periódicos de acesso livre. 2. Periódicos-avaliação. I. Título.

CDD: 050 (Ed. Padrão)

CDU: 050:340 (21. Ed.)

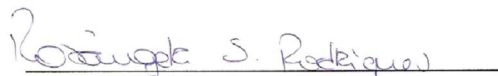


Kelly Ayanna Peters Barros

Periódicos de acesso livre na área de Direito

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, aprovada com nota 10.

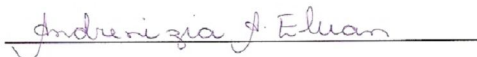
Florianópolis, 16 de junho de 2009.



Professora Rosângela Schwarz Rodrigues, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Professora orientadora



Professora Ursula Blattmann, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora



Andrenizia Aquino Eluan, Ms.
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora

Dedico

A um homem exemplar, meu amado pai Raimundo Nonato Barros Vieira (*in memoriam*) que descansa no Senhor. Alegro-me alegre por ter conseguido, com a graça de Deus realizar seu maior sonho para minha vida: estudar e formar.

AGRADECIMENTOS

Ao que é digno de toda honra, glória e louvor. Àquele que me deu o fôlego de vida: DEUS. Tudo foi um plano de Deus para minha vida e o seu propósito se cumpre neste tempo em minha vida. Aleluia, Tu és fiel, Senhor!

Ao meu marido Luiz Carlos Machado Duarte, por acreditar que vale a pena todo o esforço. Sua natureza paciente me deu forças para ir em frente.

À minha herança, Lara Ayanna Barros Duarte, pela sua paciência, compreensão, tolerância e amor por mim.

À minha mãe Claudete Peters, mulher batalhadora que ao longo desta trajetória dizia-me para não desistir.

À tia Elis Palácio, mulher admirável que mesmo distante me animou com palavras doces e encorajadoras.

Aos meus irmãos Julio Augusto, Naará Palácio, Sara Palácio e Ciane Lara pelas orações.

A toda a minha família, que torceu e acreditou em mim.

Às minhas amigas Janne Lima e Maria Inês Amarante. Tudo começou por intermédio de vocês. Cada uma contribuiu para o meu crescimento. Sou imensamente grata pela amizade e colaboração durante esses anos.

A amiga esforçada e elétrica, Thaís Xavier Garcia. Foste de extrema importância, exemplo de determinação e dedicação. Compartilhar é algo fantástico!

À minha orientadora Rosângela Schwarz Rodrigues, cuja calma foi fundamental para eu acreditar que conseguiria desenvolver e concluir o trabalho.

A professora Gleisy Fachin, que contribuiu grandiosamente na construção do trabalho.

Aos meus colegas de trabalho, cujo companheirismo e colaboração foram de extrema importância.

Aos meus amados irmãos em Cristo, que intercederam por mim.

Creio na Palavra que diz esforça-te e tem bom ânimo. Ah! É fenomenal ter vencido todas as etapas, oh glória!

***Pela primeira vez na história, a mente humana é
uma força direta de produção, não apenas um
elemento decisivo no sistema produtivo.
(CASTELS, 2001).***

BARROS, Kelly Ayanna Peters. **Periódicos de acesso livre na área do Direito**. 2009. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RESUMO

O periódico científico é o principal elemento da comunicação e divulgação da produção científica. A repercussão das tecnologias de informação e comunicação (TICs) materializa-se no periódico *on-line* como fonte de informação rápida, eficaz e confiável através de critérios avaliativos. O movimento de acesso livre promove a socialização do conhecimento ao permitir o acesso irrestrito a conteúdos disponíveis em formato digital. A avaliação dos periódicos surge da necessidade de se refletir a qualidade da informação registrada. A pesquisa buscou verificar a situação dos periódicos científicos de acesso livre na área do Direito, classificados nos estratos A1, A2, B1, B2 e B3 pelo Qualis/CAPES (Ano-Base 2007). O método caracteriza-se pela pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica, documental e quantiquantitativa. Dos 63 periódicos pesquisados identificou-se que 11 são de acesso livre, o que representa 17,5% do total de periódicos. A partir dos resultados, verificou-se que os periódicos atendem parcialmente aos critérios recomendados na Lista de Verificação para Periódicos de Acesso Livre, elaborada com base no Modelo de Avaliação para Periódicos Científicos *On-Line* de Medeiros, Fachin e Rados (2008).

Palavras-chave: Periódicos científicos. Acesso livre. Periódicos de acesso livre-Avaliação.

BARROS, Kelly Ayanna Peters. **Periódicos de acesso livre na área de Direito**. 2009. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ABSTRACT

The journal is the main element of communication and dissemination of scientific production. The impact of information and communication technologies (ICTs) is materialized in the online journal as a source of quick, effective and reliable information through the evaluation criteria. The open access movement promotes the socialization of knowledge to allow unrestricted access to content available in digital format. The evaluation of journals appears as a need to reflect the quality of recorded information. The research aims to evaluate the situation of open access journals in the field of Law within strata A1, A2, B1, B2 and B3 by Qualis / CAPES (base year 2007). The method is characterized by exploratory research, descriptive, bibliographic, documental, amount and quality research. Of the 63 journals surveyed, was identified that 11 are free, which represents 17.5% of the total journals. From the results, it was found that the journals partially meet the criteria recommended in the Checklist for Open Access Journals, based on the Evaluation Model On-Line for Scientific Journals de Medeiros, Fachin and Rados (2008).

Keywords: Journals. Open Access. Open Access Journals-Evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Adaptação do modelo de Garvey e Griffith para um ambiente baseado nos meios impressos e eletrônicos e no acesso aberto	21
Figura 2: Critérios para avaliação de revistas científicas impressas.	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de licença <i>Creative Commons</i>	27
Quadro 2: Critérios Scielo para admissão de periódicos na coleção.....	30
Quadro 3: Critérios exigidos para inclusão de periódicos científicos no OASIS.....	31
Quadro 4: Dimensões básicas para a qualidade dos periódicos.....	34
Quadro 5: Modelo de Avaliação para Periódicos Científicos <i>On-line</i>	35
Quadro 6: Lista de Verificação para Periódicos de Acesso Livre	40
Quadro 7: Periódicos de acesso livre na área do Direito.....	42

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Periódicos pesquisados..... **Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 2** – Periódico no todo..... **Erro! Indicador não definido.3**
- Tabela 3** – Responsabilidade do periódico..... **Erro! Indicador não definido.4**
- Tabela 4** – Tempo de existência..... **Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 5** – Periodicidade..... **Erro! Indicador não definido.5**
- Tabela 6** – Indexação..... **Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 7** – Artigos..... **Erro! Indicador não definido.6**
- Tabela 8** – Formato do artigo..... **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALi	Acesso Livre à Informação
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
DOI	<i>Digital Object Identifier</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFOAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
C&T	Ciência e Tecnologia
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
PKP	<i>Public Knowledge Project</i>
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OASIS	Portal de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre
OJS	<i>Open Journal System</i>
Scielo	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	18
2.1 OBJETIVO GERAL.....	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
3 REVISÃO DE LITERATURA	19
3.1 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS <i>ON-LINE</i>	20
3.1.1 O Movimento de Acesso Livre e a Iniciativa dos Arquivos Abertos	233
3.2 AVALIAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	28
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	400
6 CONCLUSÃO	488
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A - Lista de verificação para periódicos de acesso livre.....	55

1 INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico trouxe contribuições para a humanidade com a indústria da comunicação. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) facilitam o acesso, a recuperação e a disseminação de grandes quantidades de documentos (MEADOWS, 1999). O processo de mudança vivenciado com o advento da internet permitiu novos conhecimentos e informação, que a partir dos anos 90, foi utilizada pela sociedade acadêmica para promover a disseminação das publicações científicas ao permitir o acesso a conteúdos e documentos de cada área do conhecimento (CASTELLS, 2001). Atualmente, as publicações que outrora eram impressas somam-se aos jornais científicos *on-line*, sistemas de *open archives* e *open access* permitindo a difusão do conhecimento científico de forma rápida, acessível e global (CÔRTEZ, 2006).

Desde seu surgimento, a internet apresenta impacto no âmbito da comunicação científica. Para Sabbatini (2005, p. 22) “surge como ferramenta de intercâmbio de informações científicas, possibilitando o contato de pesquisadores espalhados ao redor de todo o globo”. No Brasil, considera-se 1996 o ano de aceitação e uso da internet em nível comercial. Com sua aparição e o surgimento intensivo dos recursos tecnológicos, houve profundas transformações na disseminação da informação e na atividade científica (SABBATINI, 2005).

Gigantescos acervos de informação sobre os mais variados temas – designados pelo nome genérico de conteúdos – circulam hoje, em escala planetária e de forma acelerada, por meio da internet e das novas mídias eletrônicas. Esse repertório permite o compartilhamento de conhecimentos, informações e dados, bem como enseja o desenvolvimento humano (TAKAHASHI, 2000, p.8).

O principal elemento da comunicação científica é o periódico científico, pois permite a disseminação dos resultados das pesquisas, o avanço da ciência, a perpetuação da produção científica e a avaliação de pares (BOMFÁ, 2003; FERREIRA, 2005; MUELLER, 2006). Eles são considerados o principal canal de publicação da comunicação da ciência e divulgação da produção científica de uma

área do conhecimento, nos quais é possível compartilhar informações científicas com toda a comunidade.

A comunidade científica concedeu às revistas indexadas e arbitradas (com *peer review*) o status de canais preferenciais para a certificação do conhecimento científico e para a comunicação autorizada da ciência e deus-lhe, ainda, a atribuição de confirmar a autoria da descoberta científica (MUELLER, 2006, p. 27).

A publicação do resultado das pesquisas é essencial para o avanço do conhecimento científico e importa que sejam devidamente divulgados em periódicos referendados, avaliados e que atendam critérios de qualidade de cada área, independente do suporte impresso ou eletrônico. Portanto, o periódico e o artigo científico caracterizam-se pela legitimidade garantida por critérios de normas rígidas, padrões de excelência, adoção de métodos científicos, utilização de mecanismos de controle e aferição de qualidade das informações conferida pela comunidade científica (TARGINO, 2005).

A explosão da informação eletrônica repercute também na área do Direito e, embora o papel tenha permanecido como suporte tradicional e confiável, o documento digital se tornou um elemento imprescindível no contexto jurídico. Barros (2004, p. 202) comenta que “no campo do Direito, a informática representou uma grande aliada na organização e recuperação da informação jurídica”, o que implica dizer que o espaço virtual passa a ser reconhecido como um recurso facilitador de intercâmbio de informações.

Para Targino (2005, p. 45) “é a chance de integração e interação entre usuário e o periódico, autor e leitor, impossível via material impresso, e que representa a verdadeira dimensão revolucionária das redes eletrônicas no que concerne à comunicação científica”. O uso das TICs facilita a recuperação de informações e, por meio dos periódicos científicos de acesso livre, permite o acesso sem restrições à informação.

A demanda por informação científica é insumo para o avanço em todas as áreas, inclusive o Direito. Segundo dados coletados em junho de 2009, de acordo com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), o país tem 558.410 advogados e 57.869 estagiários; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior¹ (CAPES) apresenta 64 Programas e Cursos de pós-graduação (40 Mestrados, 0 Doutorado, 0 Mestrado Profissional e 24 Mestrados Acadêmicos/Doutorados) e 88 Cursos de pós-graduação na área do Direito (64 Mestrados, 24 Doutorados e 0 Mestrado Profissional) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) registra 1105 Cursos/Habilitações de Direito. Os números apontados demonstram a relevância do Direito como área do conhecimento

O Direito, enquanto uma das profissões mais antigas e, por ser voltada ao atendimento do cidadão e defesa dos seus direitos, constitui-se num dos fatores que influenciaram no interesse do desenvolvimento de uma pesquisa em torno dos periódicos científicos desta área. A informação é elemento imprescindível para que se alcancem os objetivos no âmbito jurídico e a internet é uma das ferramentas para a busca de decisões mais recentes do campo (MIRANDA, 2004).

O bibliotecário aproxima a fonte de informação do usuário, de forma a facilitar e agilizar o fluxo e a recuperação, com foco na satisfação do usuário (GROGAN, 1995). A atividade de pesquisa requer uma estrutura que é facilitada com a mediação deste profissional por ter habilidades, senso crítico e conhecimento de canais formais e informais indispensáveis à comunicação da produção científica, além de ser um profissional que tem a responsabilidade de informar e gerar conhecimento.

Para ser capaz de construir um novo paradigma e de cooperar para tornar as pessoas competentes para a gestão da informação, o bibliotecário deve ser apto em informação e, sobretudo, dominar as habilidades necessárias para praticar o processo de pesquisa apropriadamente (CAMPELLO; ABREU, 2005). Nesse sentido, um dos papéis do profissional da informação é identificar e avaliar as fontes de informações confiáveis e verificar o interesse informacional dos usuários.

Ante o exposto, a motivação da pesquisa se dá pela abrangência e relevância do periódico científico – ferramenta indispensável de pesquisa para todas as áreas do saber, em função da revisão dos pares, visibilidade e alcance internacional. Em virtude da importância dos periódicos científicos e dos movimentos de acesso livre

¹ Criada em 1951 é uma autarquia do MEC e a única agência de fomento à pós-graduação, a manter um sistema de avaliação de cursos, reconhecido e utilizado por outras instituições nacionais.

(ALi) e *open archives* para todas as áreas do conhecimento, em especial do Direito, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a situação dos periódicos científicos da área do Direito classificados pelo Qualis/CAPES (Ano-Base 2007)?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os periódicos científicos de acesso livre na área do Direito, classificados pelo Qualis/CAPES (Ano-Base 2007), quanto o atendimento aos padrões da normalização.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar na literatura critérios e modelos de avaliação para periódicos científicos;
- b) Localizar os periódicos científicos de acesso livre na área do Direito classificados como A1, A2, B1, B2 e B3 pelo Qualis/CAPES;
- c) Examinar o atendimento dos periódicos de acesso livre aos padrões recomendados pela literatura.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A expansão da impressão, no início do século XVII, substituiu o manuscrito pelo tipo móvel, por ser mais acessível e de baixo custo. A transição do texto manuscrito para o impresso determinou o surgimento de novas formas de comunicação para as pesquisas e passou também a disseminar a produção científica. A necessidade de um meio de comunicação eficiente marcou, na segunda metade do século XVII, a aparição das primeiras revistas científicas, que passaram a desempenhar importante papel no processo de comunicação da ciência (BOMFÁ, 2003).

A primeira sociedade científica, a *Royal Society*, surgiu em 1662, em Londres, oriunda das reuniões para debater assuntos de Filosofia. Alguns membros da sociedade foram delegados para coletar informações dos acontecimentos do mundo, e outros resumiriam as informações. O acúmulo excessivo dessas cartas tornou-se um problema e, em 1665, é editada a primeira revista inglesa *Philosophical Transactions*, que destinou-se à publicação de experiências científicas (MEADOWS, 1999).

Desde as primeiras revistas, sua função principal é o registro e a difusão do conhecimento científico existente, favorecendo a comunicação entre pesquisadores e as comunidades científicas e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento, atualização e avanços científicos (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006, p. 171).

As revistas das sociedades científicas foram as precursoras do moderno periódico científico e, desde então, passaram a desempenhar importante papel na disseminação da informação para a comunidade científica, independente do formato de publicação. A relevância dos periódicos como canal de divulgação da ciência foi decorrente do crescimento acelerado da informação científica, o que torna o periódico com a revisão de pares, o principal veículo de comunicação e de divulgação da produção dos pesquisadores, no qual é possível compartilhar informações científicas (MEADOWS, 1999; CASTELLS, 2001).

A respeito do surgimento dos periódicos eletrônicos, Mueller (2006, p. 32) aponta que eles apareceram na década de 90 “juntamente com outras iniciativas que utilizaram o meio eletrônico, algumas das quais deram origem a novas formas de

publicação eletrônica e de acesso à pesquisa, inclusive os de acesso livre”. Aliando a necessidade de disseminar o conhecimento científico e as novas TICs, o periódico eletrônico impõe-se como uma oferta de informação ágil que demanda por efetiva qualidade para favorecer o seu uso e sua leitura (BARBALHO, 2005).

Nos tópicos a seguir, apresentam-se os Periódicos Científicos *On-Line* como canais de divulgação da produção científica, o Movimento de Acesso Livre e a Iniciativa de Arquivos Abertos e, por último a Avaliação dos Periódicos Científicos, atividade que apresenta estudos desde 1960, na literatura nacional.

3.1 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS *ON-LINE*

A repercussão das TICs na comunicação científica materializa-se no periódico eletrônico como fonte de informação para pesquisadores e profissionais. Essas tecnologias viabilizam a troca de conteúdo e maximizam o progresso da Ciência e Tecnologia (C&T) (COSTA, 2008). A internet agiliza o processo de produção editorial dos periódicos e facilita a comunicação entre os envolvidos.

De acordo com Fachin e Hillesheim (2006, p. 41) “os periódicos científicos têm como função primordial a disseminação e a recuperação da informação, além do importante papel de visibilidade, tanto para as publicações como para seus autores e editores”. Trzesniak (2006) complementa que a responsabilidade pelo trabalho do *peer review* e dos procedimentos interligados estão sob os auspícios do editor e seus colaboradores, a fim de que a revista execute sua função com a qualidade exigida pelos rigorosos padrões da sociedade acadêmica.

O objetivo do periódico científico está em proporcionar à comunidade acadêmica um canal formal para comunicação e disseminação da produção técnico-científica, por meio da publicação de artigos que sejam resultados de pesquisas que contribuam para o avanço do conhecimento (VALÉRIO, 2005). Costa (2008) apresenta o fluxo dos periódicos científicos como canais de comunicação científica, a figura 1 ilustra como o processo de comunicação das pesquisas pode ser representado:

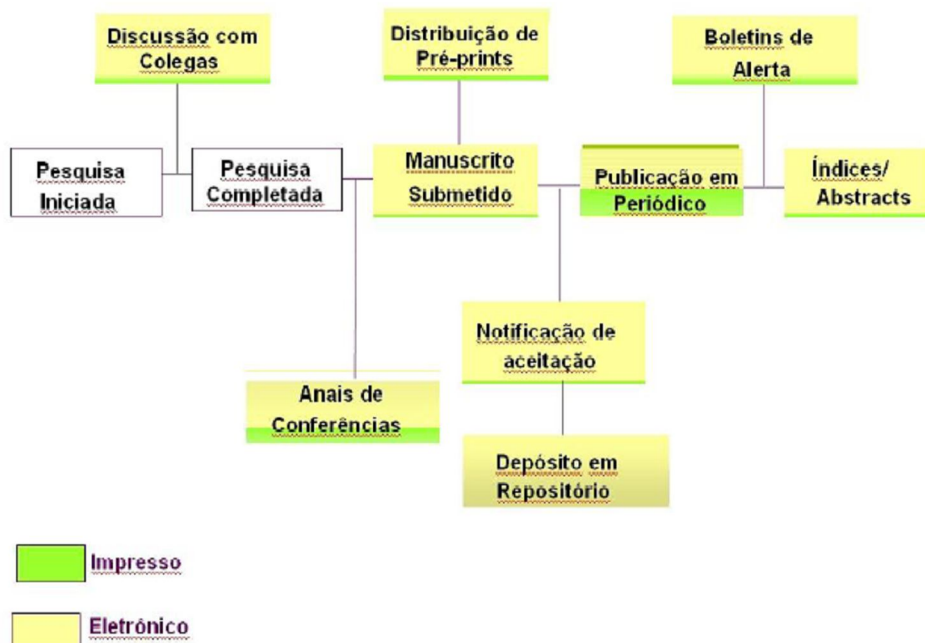


Figura 2: Adaptação do modelo de Garvey e Griffith para um ambiente baseado nos meios impressos e eletrônicos e no acesso aberto.

Fonte: Costa, S. (2008, p. 225)

Com base no modelo apresentado por Costa (2008) é visível a presença dos recursos eletrônicos no processo de comunicação. Ou seja, os periódicos eletrônicos ampliam o acesso aos seus conteúdos e a explosão dos recursos tecnológicos permite a proliferação das redes eletrônicas de informações. Targino (2005, p. 45) comenta que o espaço virtual é reconhecido como “um recurso a mais para difundir suas investigações, admitindo a possibilidade de intercâmbio entre autores, leitores, editores, *referees* e demais participantes do processo de editoração”.

Os avanços tecnológicos implicam mudanças no sistema de publicações científicas eletrônicas na internet e, conseqüentemente na construção do periódico científico eletrônico, por disponibilizar universalmente a informação. No entanto, cabe ressaltar que essas publicações são avaliadas e revisadas pelos pares, a fim de que seja assegurada e certificada a qualidade do conteúdo do periódico de acesso livre ou restrito.

A revolução tecnológica favorece a comunicação e a difusão da informação com o surgimento das TICs. Mendonça, Fachin e Varvakis (2006, p. 179) enfatizam que

“os periódicos científicos *on-line* possuem a mesma finalidade – comunicação científica - mas, devido sua característica eletrônica, promove a disseminação de uma forma mais rápida e eficiente”. O recurso tecnológico passou a ser aceito pela comunidade científica e acadêmica por dispor de facilidades quanto ao acesso à informação.

Na era digital são os próprios cientistas que controlam os meios de produção, disseminação e uso da literatura científica, e a própria comunidade científica está procurando legitimar essas novas formas de comunicação para integrar a estrutura do conhecimento científico (WEITZEL, 2006, p. 86).

As publicações científicas eletrônicas facilitam a comunicação entre os pares e permitem o acesso ao conhecimento sem fronteiras, de forma fácil e em tempo real. No entanto, representam um desafio para a comunidade científica - a aceitação das publicações eletrônicas de acesso livre em função da confiabilidade. Mueller (2006, p. 33) comenta que “a legitimidade foi negada às publicações eletrônicas porque prevalecia a crença de que apenas a publicação nos moldes tradicionais poderia ser atribuída autoridade para validação do conhecimento científico”. Com a ausência da legitimação e do consenso da comunidade acadêmica não serão possíveis grandes transformações no atual sistema de comunicação científica, onde prevalecia sobre o sistema tradicional (MULLER, 2006).

O periódico científico *on-line* passa a ser aceito por desempenhar papel fundamental no processo da comunicação científica, por se tratar de um canal de divulgação que engloba diversas autorias, publicação seriada e por apresentar os conhecimentos recém-gerados, outorgando-lhes visibilidade no meio acadêmico e científico (BARBALHO, 2005).

Os periódicos eletrônicos, [...] e os repositórios temáticos de acesso livre, aliados à tecnologia de arquivos abertos estão sendo utilizados pelas comunidades científicas para apoiar e tornar mais ampla a divulgação dos resultados das pesquisas bem como maximizar o seu impacto, criando mecanismos para legitimar e estimular a publicação dos trabalhos produzidos (MORENO; LEITE; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 84).

Desde o surgimento do periódico científico, a migração do meio impresso para o digital trouxe uma série de vantagens para a sociedade científica. Cruz et al (2003, p. 47) enfatizam que “o acesso, via internet, a novos recursos informacionais, como

hipertexto, hiperímia [...] tem se tornado uma realidade cada vez mais presente no dia-a-dia dos profissionais da informação”, o uso da internet torna a pesquisa mais rápida e facilita o acesso à informação sem barreiras geográficas.

Na 8ª Conferência Internacional sobre Publicações Eletrônicas (2004), realizada em Brasília, foi reforçado a idéia de que a Internet é usada para espalhar idéias e acelerar a conversação entre os pesquisadores e cientistas, promovendo a evolução do conhecimento e que com o surgimento de periódicos eletrônicos é necessário maior qualidade e padronização no que é publicado via Web (FACHIN; HILLESHEIM, 2006, p. 60).

Os recursos informacionais têm contribuído para a disseminação da informação e comunicação científica. É por meio dos periódicos que o conhecimento é disseminado através da produção científica, suscitando confiabilidade. Para Fachin e Rodrigues (2008) “é inegável a importância cada vez maior de periódicos *on-line*, especialmente com acesso livre e o uso/reuso de recursos tecnológicos interoperáveis” que permitem a recuperação e o compartilhamento das informações.

A ruptura com modelo impresso em prol das formulações digitais abre possibilidades extraordinárias para a comunicação científica, libertando, [...] as publicações acadêmicas dos limites bidimensionais e auto-contidos do texto, inaugurando novas formulações de apresentação e interoperabilidade e, sobretudo, estabelecendo novos padrões de cooperação e interatividade em favor da geração de novos saberes (SAYÃO, 2008, p. 168).

A partir dessa reflexão, pode-se dizer que o meio digital maximizou o acesso à informação, a visibilidade das pesquisas, a disseminação do conhecimento científico e o crescimento da ciência. O imediatismo digital proporcionou uma espécie de conforto operacional ao criar condições adequadas para o aumento não somente da pesquisa de cunho científico, mas também da avaliação e classificação da produção científica.

3.1.1 O Movimento de Acesso Livre e a Iniciativa dos Arquivos Abertos

A Convenção de Santa Fé, que aconteceu em 1999, foi um evento que deu origem a *Open Archives Initiative* (OAI) ou Iniciativa dos Arquivos Abertos, cuja

prioridade consiste em contribuir para a disseminação e visibilidade da comunicação científica. O Movimento de Acesso Livre à Informação (ALi) surgiu com a Declaração de Budapeste, em 2001, com o objetivo de tornar os resultados de pesquisas com a revisão dos pares, acessíveis livremente na *web* (HARNAD, 2007).

Open Archives – que significa interoperável, arquivos em conformidade com o modelo estabelecido pela OAI – com arquivos de ALi – “*Open Access*” *archives*: um arquivo pode estar em conformidade com os padrões estabelecidos pela OAI, mas não ser de ALi e vice-versa (HARNAD, 2007)

A filosofia OAI prega o acesso livre à informação sem custos e barreiras de qualquer espécie, ou seja, visa disponibilizar os resultados da produção científica sem restrições. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) tem apoiado e promovido a disseminação do uso dos arquivos de acesso aberto, desde 2000, com o surgimento do OAI. Baptista et al (2007, p. 2) comentam que “os benefícios de tal movimento são, entre outros, a maior visibilidade das pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o desenvolvimento da ciência”.

A OAI desenvolve e promove padrões de interoperabilidade, para facilitar a disseminação eficiente do conteúdo científico entre os diversos repositórios de dados espalhados pelo mundo (DIAS; DELFINO JUNIOR; SILVA, 2007). A característica da tecnologia é maior rapidez na disseminação da literatura científica publicada nos repositórios de acesso livre, na visibilidade dos trabalhos publicados e no impacto dos resultados com ampliação das possibilidades de citação por outros autores (KURAMOTO, 2005).

O ALi diz respeito à acessibilidade ampla e irrestrita a conteúdos disponíveis em formato digital, no sentido em que minimiza barreiras de custo e de permissão aos leitores e torna a literatura científica disponível com o mínimo de restrições a um número ilimitado de leitores (SUBER, 2003). O movimento vislumbra um novo sistema de comunicação científica, sem a interferência das editoras, a fim de assegurar a informação científica de acesso livre e disponível a todos.

O termo acesso aberto à literatura científica foi consensualmente definido como acesso à “literatura que é digital, *online*, livre de custos e livre de restrições desnecessárias de copyright e licenças de uso”. Acesso aberto, nesse sentido, deve remover tanto barreiras de preço quanto de permissão (de uso) (COSTA, 2008).

Embora distintos, os movimentos em favor do ALi ao conhecimento científico envolvem desde a interoperabilidade de máquinas até as questões relacionadas com a eliminação de quaisquer barreiras de acesso e uso do conhecimento, com destaque para questões sobre a publicação de pesquisa e visibilidade dos pesquisadores (BAPTISTA et al, 2007).

O *Open Journal Systems* (OJS) é um *software* desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP), da Universidade British Columbia, no Canadá. O sistema de gestão e publicação de revistas científicas tem repercussão mundial e permite a completa automatização e gerência do processo de publicação de periódicos científicos eletrônicos (PKP, 200-), além de oferecer vários recursos que facilitam a busca e recuperação de artigos.

No Brasil, foi traduzido e customizado pelo IBICT sob a denominação de Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e é utilizado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para facilitar a disseminação da produção científica. O SEER é um *software* desenvolvido para a construção e gestão da publicação periódica eletrônica. Esta ferramenta contempla ações essenciais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos (IBICT, 2005), além de facilitar o processo de editoração das publicações periódicas eletrônicas.

Embora não haja nenhuma imposição explícita da CAPES para a utilização do OJS ou do SEER é provável que no futuro para um periódico científico eletrônico ser incluso na Base de Dados Qualis um dos pré-requisitos seja a utilização de um sistema automatizado para gerência e publicação (DIAS; DELFINO JÚNIOR; SILVA, 2007).







O acesso livre e os arquivos abertos à informação científica promovem a socialização do conhecimento. No entanto, a disponibilização gratuita de conteúdos na internet gera uma discussão mundial ao aproximar o público da informação. Destacam-se entre eles os problemas de segurança na utilização dos documentos eletrônicos e a questão dos direitos autorais (FACHIN, 2002).

Com a finalidade de explicitar a autorização do autor sobre o uso de sua obra surgiu o sistema Creative Commons, criado em 2001, pelo advogado Lawrence Lessig. O modelo conhecido como Licença Copyleft e Licença Creative Commons tem como objetivo dar poder e autonomia às redes criativas globais fundadas na generosidade intelectual e atribuir a elas um estatuto jurídico para que os conteúdos produzidos possam gerar modelos de negócios abertos, democráticos e incluídos (BRITTES; PEREIRA, 2007).

O Creative Commons Brasil é um projeto coordenado pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (FGV), sem fins lucrativos, que disponibiliza licenças flexíveis para obras intelectuais e que garante proteção e liberdade para artistas e autores. A razão para o surgimento do Creative Commons é o fato de que o direito autoral possui uma estrutura que protege qualquer obra indistintamente, a partir do momento em que a obra é criada (FGV, 2005).

Apresentar uma obra sob uma licença não implica abrir mão dos direitos autorais, mas permite oferecer o uso com determinadas condições, ou seja, desde que seja dado crédito ao autor ou licenciante de forma explícita (CREATIVE COMMONS BRASIL, 2005), o que já é padrão corrente na academia.

O quadro 1 descreve os tipos de licenças que são disponíveis ao optar por publicar uma obra com a licença Creative Commons, conforme a determinação do autor.

ATRIBUIÇÃO DE USO DA LICENÇA	DESCRIÇÃO DA LICENÇA	TIPOS DE LICENÇA
Uso Não Comercial – Não a Obras Derivadas (by-nc-nd)	Permite que outros façam download de obras e as compartilhem, desde de que mencionem e façam o link, sem modificar a obra e utilizá-la para fins comerciais.	
Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença (by-nc-as)	Permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas com fins não comerciais, contanto que atribuam crédito ao autor e licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros.	
Uso Não Comercial (by-nc)	Permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra sendo vedado o uso com fins comerciais.	
Não a Obras Derivadas (by-nc)	Permite a redistribuição e o uso para fins comerciais e não comerciais, contanto que a obra seja redistribuída sem modificação e completa e os créditos atribuídos ao autor.	
Compartilhamento pela mesma licença (by-sa)	Permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas ainda que para fins comerciais, desde de que o crédito seja atribuído ao autor e que essas obras sejam licenciadas sob os mesmos termos.	
Atribuição (by)	Permite que outros distribuam, remixem, adaptem ou criem obras derivadas, mesmo que para uso com fins comerciais, desde de que seja dado crédito pela criação original.	

Quadro 1: Tipos de licença Creative Commons

Fonte: Creative Commons Brasil (<<http://www.creativecommons.org.br/>>)

O uso do Creative Commons não é indicador de qualidade, apenas expressa a permissão do autor, determinando ainda os parâmetros de uso e autorização em relação ao seu trabalho, seja de conteúdo, seja de divulgação. O uso do selo Creative Commons tende a se tornar visível em alguns periódicos científicos de acesso livre e também em artigos.

Para Sabbatini (2005, p. 261) somente o formato eletrônico de publicações “consistiria em uma tecnologia mais eficiente, possuindo um poder de disseminação maior, ao mesmo tempo em que manteria as funções de controle de qualidade, arquivo canônico e de reconhecimento de autoria”. O cenário exposto pelo autor

reforça a idéia de Witter (2006, p. 291) quando afirma que “criou-se um contexto sócio-cultural a requerer avaliações mais formais e cuidadosas em todas as fases da produção do conhecimento dos projetos à publicação”, independente do formato do periódico científico.

A disseminação do conhecimento científico sob esse novo formato, o *on-line*, e a nova forma de lidar com a informação eletrônica requerem a adoção de uma avaliação formal e criteriosa, a fim de que seja assegurada a qualidade e a confiabilidade das informações apresentadas para o usuário. Como os periódicos científicos estão em período de transição, faz-se necessária a existência de estudos para avaliá-los, a fim de que sejam padronizados e normalizados.

3.2 AVALIAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

A análise de revistas científicas e técnicas surge da necessidade de se definirem parâmetros mensuráveis, que possam refletir a qualidade da informação registrada. As TICs permitiram a migração do meio impresso para o eletrônico. A proliferação de periódicos publicados exige rigor na análise da informação publicada e a ausência de critérios compromete a qualidade da informação científica, sua aceitabilidade no meio técnico científico e sua indexação em bases de dados internacionais (KRZYZANOWSKI; FERREIRA; MEDEIROS, 2005).

Para dar credibilidade ao processo de comunicação da ciência, a revista científica sustenta-se no princípio da validação do mérito e do método científico pela comunidade científica, ou seja, só o que é revisado e aprovado pelos pares deve ser publicado, num processo conhecido como revisão por pares (*peer review*) (GONÇAVES; RAMOS; CASTRO, 2006 p.165).

A revista científica é um meio pelo qual se processa a comunicação formal, por isso a necessidade de critérios para assegurar que os periódicos sejam padronizados. Sobre essa perspectiva, Bomfá (2003, p. 33) afirma que “é grande o interesse por parte dos pesquisadores em mapear e avaliar as revistas nacionais

científicas e técnicas, pondo à tona a necessidade de contribuir para a qualidade das informações registradas”. Nesse sentido, Barbalho (2005, p.132), afirma que

no que tange à comunidade científica, tal fato gera problemas para monitorar e controlar a produção, tendo em vista a premência de se estabelecer um padrão de qualidade compatível com as exigências de produção do conhecimento útil ao desenvolvimento científico, tecnológico e social do país.

No Brasil, a partir de 1995, os periódicos científicos eletrônicos, com o uso da internet, permitem o acesso *on-line*. A partir de 1998, eles são padronizados e adequados às normas, com destaque para o Qualis² da Capes (FACHIN, HILLESHEIM, 2006) utilizado para fundamentar o processo de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação e que “materializa-se na listagem dos periódicos, classificada por área de avaliação, a partir do trabalho das respectivas *comissões* de área, bem como no *sítio* de divulgação de informações relativas ao aplicativo WebQualis na Internet” (CAPES, 2009).

As avaliações dos periódicos científicos, no Brasil, ocorrem através da CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e MEC, instituições responsáveis pela avaliação da produção científica das universidades, e dos cursos de pós-graduação (FACHIN; HILLESHEIM, 2006). Os critérios classificatórios aplicados atuam ainda como uma chave de segurança para o usuário identificar o grau de confiabilidade da informação.

A *Scientific Eletronic Library Online*³ (SciELO) é o resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) que tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico (SciELO, 2009). O portal SciELO fixa critérios de avaliação de periódicos para a admissão, conforme o quadro 2:

² Conjunto de procedimentos utilizados para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

³ É uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos (SCIELO, 2009).

1	Caráter científico: os periódicos devem publicar predominantemente artigos originais resultantes de pesquisa científica e/ou significativas para a área específica do periódico. Os periódicos podem incluir outros tipos de contribuições, como artigos de revisão, comunicações, resenhas e estudos de caso, que não serão consideradas como artigos originais.
2	Arbitragem por pares: a revisão e a aprovação das contribuições devem ser realizadas por pares. A revista deve especificar formalmente qual o procedimento seguido para a aprovação de artigos. A partir da admissão na SciELO o processo de arbitragem deve ser documentado. É obrigatória a indicação das principais datas do processo de arbitragem, incluindo as datas de recepção e de aprovação.
3	Conselho editorial: composição do conselho editorial do periódico deve ser pública. Seus integrantes devem ser especialistas reconhecidos, de origem nacional e internacional, devidamente identificados na publicação.
4	Periodicidade: a periodicidade é um indicador do fluxo da produção científica, que depende da área específica coberta pelo periódico. É também um indicador relacionado com a oportunidade e velocidade da comunicação.
5	Duração: o periódico deve ter pelo menos 4 números publicados para ser considerado para avaliação.
6	Pontualidade: o periódico deve aparecer pontualmente de acordo com a sua periodicidade.
7	Títulos, resumos e palavras-chave em inglês: os artigos devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo e no idioma inglês, quando este não é o idioma do texto.
8	Normalização: o periódico deve especificar a(s) norma(s) seguida(s) para a apresentação e estruturação dos textos, e para a apresentação de referências bibliográficas e descritores, de modo que seja possível avaliar a obediência às normas indicadas.
9	Afiliação dos autores: os artigos devem conter informação completa sobre a afiliação dos autores, incluindo instituição de origem, cidade e país.
10	Citações recebidas: o periódico deverá apresentar um índice de citações compatível com periódicos da mesma área, verificado a partir das citações recebidas de artigos publicados na coleção SciELO Brasil.

Quadro 2: Critérios Scielo para admissão de periódicos na coleção

Fonte: Portal Scielo (<http://www.scielo.br/criteria/scielo_brasil_pt.html>).

O projeto Scielo, sob o olhar de Fachin e Hillesheim (2006, p. 97), evidencia “critérios considerados relevantes para a análise de indicadores que, de modo global, permitam a padronização dos periódicos científicos, adequando-se a realidade nacional e internacional” e cuja importância se dá por abrir uma ótica metodológica mais abrangente da produção científica.

O Portal de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre (OASIS. Br) é um portal do IBICT que permite, por meio de uma única interface, a pesquisa simultânea em vários repositórios digitais e periódicos científicos eletrônicos, ou seja, é um provedor de serviços (OASIS, 2007). O portal está ligado ao Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica e seus objetivos são:

- a) Contribuir para o aumento da visibilidade da produção científica brasileira nacional e internacional;
- b) Oferecer à comunidade científica brasileira, acesso facilitado, qualificado e rápido à informação científica brasileira de arquivos digitais de acesso aberto;
- c) Atuar como provedor de serviços e torná-los disponíveis e acessíveis, aos usuários;
- d) Promover o Movimento Mundial pelo Livre Acesso à Informação Científica no Brasil;
- e) Reunir informações acerca de tecnologias e sobre planejamento e sobre o planejamento, implementação, desenvolvimento e avaliação de repositórios digitais e periódicos eletrônicos de acesso livre.

O uso dos critérios exigidos pelo Oasis são válidos para todas as áreas do conhecimento. Sua política de desenvolvimento estabelece diretrizes que visam garantir o controle da qualidade da informação disseminada por meio do portal, que são demonstradas no quadro 3 abaixo:

1	Caráter científico: os artigos publicados no periódico devem construir produto de resultados de pesquisa científica, artigos de revisão, artigos de caráter opinativo e conteúdos de natureza acadêmica.
2	Arbitragem científica: o periódico científico deve obrigatoriamente utilizar o processo de avaliação pelos pares. É altamente recomendável que o periódico possua avaliadores externos, ou seja, provenientes de diferentes instituições. Os artigos submetidos ao periódico devem obrigatoriamente ser avaliados pelos pares. Os critérios de avaliação devem estar especificados na página do periódico.
3	Periodicidade regular: o periódico deve cumprir regularmente a periodicidade de publicação que deve ser mencionada na página do periódico.
4	Comitê editorial: o periódico deve obrigatoriamente dispor de um comitê editorial multi-institucional especificado.
5	O periódico deve exigir dos autores a inclusão de resumo, palavras-chave e título em inglês.
6	A editora do periódico científico deve estar identificada na página do periódico.
7	O periódico deve apresentar sumário ou estrutura similar dos números publicados.
8	O periódico deve possuir obrigatoriamente ISSN.
9	Normalização: o periódico deve especificar normas de apresentação dos artigos científicos, incluindo sugestão de regras para referências bibliográficas. Os artigos devem apresentar claramente a origem institucional dos autores e endereço de correio eletrônico.
10	O periódico deve disponibilizar instruções para os autores.
11	Caso os metadados do artigo sejam preenchidos pelo próprio autor, recomenda-se que sejam revisados antes da publicação.

Quadro 3: Critérios exigidos para inclusão de periódicos científicos no OASIS

Fonte: Portal OASIS (<<http://oasisbr.ibict.br/sobre.php>>)

O caráter de banco de dados e fonte de acesso livre à informação já é suficiente para justificar a existência de qualquer portal de ordem científica. São esses

critérios que estabelecem a relação direta entre o usuário e a produção científica avaliada ao permitir estabelecer laços de confiabilidade na obtenção dos dados e segurança na sua recuperação.

A normalização das publicações periódicas é essencial para a interoperabilidade, recuperação, prestígio, confiabilidade, visibilidade, reconhecimento e aceitabilidade dos periódicos no meio científico. O sistema de normas para os periódicos científicos sempre existiu, no entanto, com as transformações ocorridas com a comunicação científica e os novos suportes, surge a necessidade de criação e adaptação dos sistemas de normalização e padronização que atendam às demandas tecnológicas atuais (MEDEIROS; FACHIN; RADOS, 2008).

Sob a perspectiva de que as revistas científicas têm exercido função primordial no processo de comunicação científica, Sayão (2008, p. 167) enfatiza que “as revistas de caráter científico criam um compromisso explícito entre qualidade e visibilidade na geração de novos conhecimentos científicos”.

A normalização dos periódicos, segundo Devis et al (2004) deveria ser uma das primeiras incumbências da comunidade científica e responsável pelas publicações, uma vez que a normalização não requer grandes diligências se comparada aos benefícios proporcionados em virtude da melhoria da qualidade de conteúdo e difusão. Do ponto de vista de Kryzanowski, Ferreira e Medeiros (2005) a normalização dos periódicos e artigos científicos deve seguir, rigorosamente, os parâmetros determinados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou de outro órgão reconhecido internacionalmente. Sob a visão de Ferreira (2005, p. 269)

o sistema de publicações da ciência se organiza em torno das revistas científicas impressas ou eletrônicas, é natural que a adoção de um sistema rigoroso de certificação de qualidade seja o elemento característico que proporcione a tais publicações o caráter científico. A normalização das revistas científicas, como atividade reguladora, unifica formas e procedimentos, além de favorecer e facilitar a transferência da informação.

A partir do pressuposto da relevância da divulgação científica, a comunidade acadêmica necessita de critérios confiáveis de avaliação e qualificação dos veículos de disseminação da informação, para que o compartilhamento de conhecimentos seja

global, amplo e eficaz (BARBALHO, 2005). Esses critérios, bem definidos na produção impressa, vêm sendo adaptados para a mídia digital de divulgação.

Bomfá (2003) descreve os procedimentos aplicados para se alcançar a elaboração dos “Critérios para Avaliação de Revistas Científicas Impressas”, conforme ilustrado na figura 2.

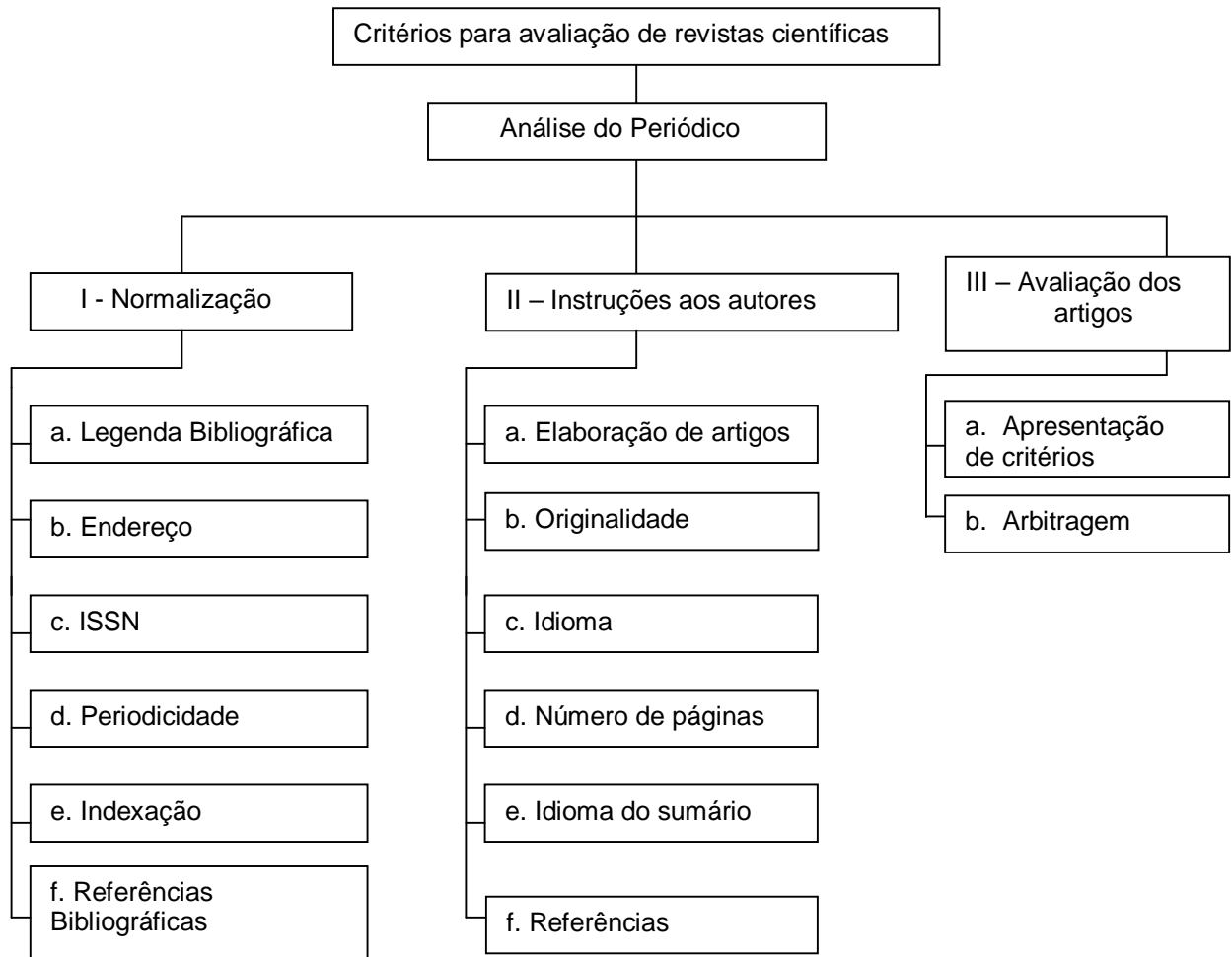


Figura 2: Critérios para avaliação de revistas científicas impressas
Fonte: Bomfá, C. (2003, p. 50)

Os procedimentos descritos por Bomfá (2003) podem ser adaptados para o formato digital, a fim de se traçar os critérios para avaliar revistas científicas. No que tange aos procedimentos que mensuram e avaliam a qualidade dos periódicos, para Yamamoto et al (2002) existem duas perspectivas basilares de conferência de qualidade: a análise bibliométrica, que expande no meio digital (compreende na

aplicação de técnicas estatísticas para mineração dos dados que compõem os documentos escritos) e o exame de indicadores de impacto (que apontam os resultados imediatos e efeitos impactantes do esforço destinado à publicação da revista científica, o que permite mensurar sua visibilidade, prestígio e difusão).

Trzesniak (2006) propõe o desdobramento da qualidade dos periódicos científicos em quatro dimensões básicas, conforme quadro 4:

A	A dimensão técnico-normativa (ou de características do produto, ou de forma): pressupõe a existência de uma ou mais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que se complementam e que devem ser atendidas pela publicação.
B	A dimensão finalidade do produto (ou de conteúdo): está ligada a finalidade do periódico, enunciada na sua política editorial e sintetizada na sua missão. A qualidade da finalidade do produto é auxiliada por indicadores indiretos, seguidos como itens de avaliação: um corpo editorial científico qualificado; consultores <i>ad hoc</i> ; um respaldo científico institucional; um regulamento que contemple e favoreça a durabilidade da publicação e um mecanismo de sucessão de editor.
C	A dimensão qualidade do processo produtivo: está associada à execução dos procedimentos editoriais de forma sistemática, completa, eficiente, eficaz e transparente, por meio de um manual de procedimentos da qualidade, que exponha todos os passos
D	A dimensão qualidade de mercado: é a qualidade que o consumidor e usuário atribui ao produto. A busca das indexações em bases de dados de ampla visibilidade, bem como os esforços em prol da divulgação do periódico, estão relacionados a trabalhar essa dimensão

Quadro 4: Dimensões básicas para a qualidade dos periódicos

Fonte: Trzesniak, P. (2006)

O autor utiliza as dimensões da qualidade num instrumento de avaliação de periódicos científicos da área da educação e elucida o grau de presença da avaliação das quatro dimensões da qualidade numa ferramenta empregada na prática. As duas primeiras dimensões já são consagradas e as duas últimas são novas em termos de conceituação.

Em 2002, Fachin desenvolveu um modelo de avaliação para periódicos científicos *on-line*, com base em indicadores bibliográficos e telemáticos, abordando somente critérios de padronização dos periódicos. Esse padrão é atualizado por Medeiros, Fachin e Rados em 2008 e propõe, a partir de nove grandes grupos de avaliação, um modelo de critérios e indicadores para avaliação de periódicos científicos *on-line*. A reestruturação do modelo destaca critérios para avaliação de periódicos científicos eletrônicos, conforme quadro 5.

MODELO DE AVALIAÇÃO PARA PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ON-LINE			
ORDEM	CRITÉRIOS/INDICADORES	ORDEM	CRITÉRIOS/INDICADORES
1	PERIÓDICO NO TODO	3.17	Espaçamento
1.1	Título e subtítulo do periódico	3.18	Citação
1.1.1	Define campo específico do conhecimento	3.19	Referências
1.1.2	Uniforme	3.20	Ilustrações e Tabelas
1.2	Título e subtítulo do periódico em inglês	3.21	Anexos
1.3	Número do Fascículo	3.22	Apêndices
1.4	Volume	4	TEMPO DE EXISTÊNCIA
1.5	Sumário	4.1	Menos de dois anos
1.6	Índice	4.2	De 2 a 5 anos
1.7	Local e data da publicação	4.3	De 5 a 10 anos
1.8	Legenda Bibliográfica	4.4	Mais de 10 anos
1.9	<i>ISSN</i>	5	PERIODICIDADE
1.10	<i>DOI</i>	5.1	Anual
1.11	Logomarca do periódico ou da instituição	5.2	Semenstral
1.12	Ficha Catalográfica	5.3	Quadrimestral
1.13	Direitos autorais	5.4	Trimestral
1.14	Instruções aos autores / normas publicação	5.5	Bimestral
1.15	Acesso ao conteúdo	5.6	Mensal
1.15.1	Formato <i>on-line</i> para divulgação	5.7	Quinzenal
1.15.2	Formato <i>on-line</i> paralelo	6	REGULARIDADE
1.15.3	Formato <i>on-line</i>	6.1	Edição regular
2	RESPONSABILIDADE DO PERIÓDICO	7	INDEXAÇÃO
2.1	Comissão editorial	7.1	Indexação em base de dados Internacional
2.1.1	Formação regional	7.2	Indexação em base de dados Nacional
2.1.2	Formação nacional	8	ELEMENTOS TELEMÁTICOS
2.1.3	Formação internacional	8.1	Texto em html
2.2	Contato com membros da comissão editorial	8.2	Texto em pdf
2.3	Editor	8.3	Conversores textuais
2.4	Contato com editor	8.4	Contador de acesso
2.5	Instituição	8.5	Difusão (número de acessos e downloads de artigos)
2.6	Contato com Instituição	8.6	Ferramentas Interativas (chats, fóruns de discussão, opinião do leitor)
2.7	Endereço da Instituição	8.7	Acesso restrito
3	ARTIGO	8.8	Instrução de uso
3.1	Título e subtítulo do artigo	8.9	Política preservação <i>on-line</i>
3.2	Título e subtítulo do artigo em inglês	8.10	Apresenta números anteriores
3.3	Autores	9	ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO
3.4	Filiação autor	9.1	Sistema de organização
3.5	Contato com autores	9.1.1	Esquemas
3.6	Autor responsável por correspondência	9.1.2	Estruturas
3.7	Resumo	9.2	Sistema de rotulagem
3.8	Tradução do resumo em inglês	9.2.1	Textual
3.9	Palavras-chave	9.2.2	Iconográfico
3.10	Tradução das palavras-chaves em inglês	9.3	Sistema de navegação
3.11	Paginação	9.3.1	Hierárquico
3.12	Nota de rodapé	9.3.2	Global
3.13	Data de recebimento e aprovação dos artigos	9.3.3	Local
3.14	Data e hora de inclusão dos artigos no meio digital	9.3.4	<i>ad hoc</i>
3.15	Uniformidade tipográfica	9.4	Sistema de busca
3.16	Numeração progressiva	9.5	Interface amigável

Quadro 5: Modelo de Avaliação para Periódicos Científicos *On-line*

Fonte: Medeiros, Fachin e Rados (2008)

Como descrito por Medeiros, Fachin e Rados (2008, p. 416) “a evolução da comunicação científica e o uso das tecnologias de informação e comunicação contribuíram na mudança do suporte tradicional do periódico científico – o impresso, para um novo meio: o on-line”, que permite o acesso livre às publicações científicas e potencializa a disseminação nacional e internacional da produção científica.

Todos os critérios adotados para classificação de periódicos científicos podem ser adaptados ou simplesmente adotados no sistema *on-line*. Sob qualquer ótica ou critérios de avaliação, as publicações científicas – impressas ou on-line – são o maior canal de disseminação da produção científica. Primordialmente, duas funções são atendidas: expor ao reconhecimento o trabalho dos cientistas e atender à demanda do usuário quanto à sua necessidade. O aprofundamento dos temas relatados no periódico *on-line* tem um facilitador que é o imediatismo. Nas pesquisas, o surgimento de ferramentas tecnológicas permite mais rapidez na busca dos objetivos. No periódico impresso, esse desenvolvimento de critérios avaliativos caminha a passos mais lentos e poucas ferramentas facilitam uma velocidade de pesquisa. Porém, é um formato ainda carregado por uma aura de confiabilidade, além da preservação da memória e conforto do usuário.

É essa confiabilidade que se busca através de uma metodologia adotada para se estabelecerem critérios rígidos, mas que precisam se adaptar à especificidade do sistema on-line. Devido a complexidade, variedade e importância dos periódicos *on-line*, pesquisadores e instituições vêm atuando na avaliação desse canal de divulgação científica. Para Medeiros, Fachin e Rados (2008, p. 2) a normalização “é essencial para o aumento do prestígio, reconhecimento e aceitabilidade dos periódicos no meio eletrônico”, pois assegura a qualidade e confiabilidade do conteúdo publicado. Barbalho (2005, p. 138) é enfática quando diz que “a avaliação de um periódico científico tem a função de contribuir para o atendimento qualitativo das demandas por informações oriundas da comunidade científica”.

Os critérios e modelos de avaliação de periódicos científicos apresentados pelo Portal Oasis (2007), Scielo (2004), Medeiros, Fachin e Rados (2008), Trzesniak (2006) e Bomfá (2003) visam aferir a qualidade dos periódicos, assegurar sua recuperação e promover de forma global o reconhecimento científico, além de garantir que a

informação científica seja publicada com confiabilidade, interoperabilidade, visibilidade e qualidade.

O crescimento exacerbado de publicações periódicas requer a adoção de critérios e avaliações para que se possa verificar e garantir o atendimento aos padrões recomendados pela literatura científica, a fim de que seja facilitado à comunidade científica gerenciar suas próprias publicações e de áreas correlatas e, conseqüentemente permitir ao usuário o acesso amigável aos conteúdos divulgados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica visa cooperar para a construção do conhecimento humano em todas as áreas da ciência (OLIVEIRA NETTO, 2006). A utilização dos métodos científicos destina-se traçar caminhos para se obter resultados. Para Gil (1999, p. 26) “a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” para que os objetivos possam ser atingidos, por meio dos métodos científicos.

Para analisar os periódicos científicos de acesso livre da área do Direito, classificados pelo Qualis/CAPES (Ano-Base 2007) quanto o atendimento aos padrões da normalização foram realizados os seguintes objetivos:

- a) Identificar na literatura critérios e modelos de avaliação para periódicos científicos;
- b) Localizar os periódicos científicos de acesso livre na área do Direito classificados como A1, A2, B1, B2 e B3 pelo Qualis/CAPES;
- c) Examinar o atendimento dos periódicos de acesso livre aos padrões recomendados pela literatura.

De acordo com os objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória permite a familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito, ou seja, possibilita o aprimoramento das idéias sobre o tema (GIL, 2002) e, determina critérios, métodos e técnicas para ordenar uma pesquisa e visa apresentar informações sobre o objeto desta (OLIVEIRA NETTO, 2006).

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população, registra, analisa, correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los e assume a forma de levantamento (BARBETTA, 2006). O uso da pesquisa exploratória permitiu identificar a situação dos periódicos em relação às recomendações da literatura.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre um dado assunto e é elaborada com base em material já publicado, tais como: livros, artigos científicos e dissertações (GIL, 2002). A pesquisa documental trata de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou seja, podem ser reelaborados em

consonância com os objetivos da pesquisa (GIL, 2002), no caso os periódicos analisados. A pesquisa bibliográfica permitiu obter informações sobre o tema e a documental se refere aos periódicos que compõe o universo da pesquisa.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa foi quantiquantitativa. A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, isto é, traduz em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (BARBETTA, 2006). A pesquisa qualitativa trabalha com dados não quantificáveis, coleta e analisa materiais pouco estruturados, porém requer um envolvimento rigoroso do pesquisador (FIGUEIREDO, 2004). O uso da pesquisa quantiquantitativa permite a compreensão dos resultados.

O universo da pesquisa são todos os periódicos científicos da área de Direito listados pelo Qualis/CAPES (Ano-Base 2007), classificados como estratos indicativos da qualidade A1, A2, B1, B2 e B3. A amostra é composta de todos os periódicos que permitiram o acesso livre ao texto na íntegra nas referidas classificações.

Determinada a amostra e com a lista de classificação dos periódicos do Qualis/CAPES foi feita a identificação do endereço do periódico no motor de busca Google (<http://www.google.com.br/>) e no Cd do *ULRICH'S* (Diretório Internacional de Periódicos, 2008) com o título do periódico e o *ISSN*. A pesquisa nos 63 periódicos de Direito ocorreu no período de 10 de março a 10 de maio de 2009 com até três tentativas de acesso.

Para esta pesquisa, optou-se por fazer uma adaptação do Modelo de Avaliação para Periódicos Científicos *On-Line* (MEDEIROS; FACHIN; RADOS, 2008) por ser o mais completo identificado na literatura, além de ser um instrumento de pesquisa recomendado para a padronização de periódicos científicos.

Com base no Modelo citado, foram feitos resumos e ajustes nos critérios/indicadores, acrescentando-se o critério Formato do Artigo e os indicadores *DOI* (no indicador Artigo), Licença *Creative Commons* e Plataforma (no indicador Periódico no Todo) e criou-se uma Lista de Verificação para Periódicos de Acesso Livre para analisar o atendimento dos periódicos da área do Direito aos padrões recomendados pela literatura.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no objetivo de analisar os periódicos científicos de acesso livre na área do Direito, classificados pelo Qualis/CAPES (Ano-Base 2007) quanto o atendimento aos padrões da normalização, recomendados pela literatura, apresenta-se a Lista de Verificação para Periódicos de Acesso Livre:

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE
CRITÉRIOS/INDICADORES
1 PERIÓDICO NO TODO
1.1 Título e subtítulo do periódico
1.2 Título e subtítulo do periódico (outro idioma)
1.3 Logomarca do periódico ou da instituição ou da editora responsável
1.4 Número do Fascículo
1.5 Volume
1.6 Sumário
1.7 Arquivos
1.8 Ferramenta de busca
1.9 Legenda Bibliográfica
1.10 ISSN
1.11 DOI
1.12 Licença <i>Creative Commons</i>
1.13 Direitos autorais
1.14 Plataforma
2 RESPONSABILIDADE DO PERIÓDICO
2.1 Nome da instituição ou editora responsável
2.2 Comissão editorial ou editorial
2.3 Contato com membros da comissão editorial
2.4 Editor
2.5 Instituição
2.6 Contato com instituição
3 TEMPO DE EXISTÊNCIA
4 PERIODICIDADE
5 INDEXAÇÃO
6 ARTIGOS
6.1 Título e subtítulo do artigo
6.2 Título e subtítulo do artigo (outro idioma)
6.3 Autores
6.4 Resumo
6.5 Tradução do resumo (outro idioma)
6.6 Palavras-chave
6.7 Tradução das palavras-chaves (outro idioma)
6.8 Legenda bibliográfica
6.9 DOI
7 FORMATO DO ARTIGO
7.1 Texto em HTML
7.2 Texto em PDF

Quadro 6: Lista de verificação para periódicos de acesso livre

Fonte: Adaptação do Modelo de Avaliação Para Periódicos Científicos *On-Line* (MEDEIROS; FACHIN; RADOS, 2008).

Na tabela 1, estão arrolados o número de periódicos referente a classificação nos estratos A1, A2, B1, B2 e B3 do Qualis/CAPES e o número de periódicos de acesso livre na área de Direito:

Tabela 1 – Periódicos pesquisados

QUALIS	NÚMERO DE PERIÓDICOS	NÚMERO DE PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE	TOTAL DE PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE(%)
A1	0	0	0
A2	10	2	20
B1	14	3	21,05
B2	10	2	20
B3	29	4	13,8
TOTAL	63	11	17,5

A lista Qualis/CAPES é composta de 63 periódicos científicos da área de Direito e destes, 11 permitem o acesso livre ao texto na íntegra, o que representa 17,5% do total de periódicos pesquisados. Não foi identificado nenhum periódico classificado no estrato A1(o mais elevado) e os estrato A2, B1 e B2 apresentam percentual equivalente. Pode-se inferir que, nesta área, o fato do periódico estar *on-line* não interfere na classificação do Qualis/CAPES.

Os periódicos de acesso livre identificados serão apresentados por ordem de classificação nos estratos A2, B1, B2 e B3 do Qualis/CAPES, conforme o quadro 7:

ORDEM	ISSN	TÍTULO DO PERIÓDICO	URL	QUALIS/ CAPES
1	0100-879X	Brazilian Journal of Medical and Biological Research	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0100-879X&lng=en&nrm=iso	A2
2	0214-8676	Doxa (Alicante)	http://www.cervantesvirtual.com/porta/DOXA/cuadernos.shtml	A2
3	1551-1383	American Review of Political Economy	http://www.arpejournal.com/	B1
4	0188-0837	Anuário Mexicano de Historia del Derecho	http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/cont.htm?r=hisder	B1
5	1415-0158	Brazilian Journal of Population Studies	http://abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=031&nivel=0	B1
6	1510-4974	Anuário de Derecho Constitucional Latinoamericano	http://www.kas.de/proj/home/pub/13/4/year-2008/dokument_id-14371/index.html	B2
7	0034-8910	Revista de Saúde Pública/ Journal of Public Health	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-8910&lng=en&nrm=iso	B2
8	0104-9313	Mana: Estudos de Antropologia Social	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-9313&lng=en&nrm=iso	B3
9	0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-6909&lng=en&nrm=iso	B3
10	0870-8118	Revista da Ordem dos Advogados	http://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691	B3
11	0101-3157	Revista de Economia Política/Brazilian Journal of Political Economy	http://www.scielo.br/scielo.php/scriptsci_serial/pid_0101-3157/lng_en/nrm_iso	B3

Quadro 7: Periódicos de acesso livre na área do Direito

Fonte: a autora

A seguir são demonstrados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Verificação para Periódicos de Acesso Livre, tais como: Periódico no Todo, Responsabilidade do Periódico, Tempo de Existência, Periodicidade, Indexação, Artigos e Formato do Artigo.

A Tabela 2 apresenta o critério periódico no todo, com 14 indicadores específicos:

Tabela 2 – Periódico no todo

PERIÓDICO NO TODO	TOTAL	%
1.1 Título e subtítulo do periódico	11	100
1.2 Título e subtítulo do periódico (outro idioma)	2	18,18
1.3 Logomarca do periódico ou da instituição ou da editora responsável	10	90,90
1.4 Número do Fascículo	10	90,90
1.5 Volume	10	90,90
1.6 Sumário	10	90,90
1.7 Arquivos	11	100
1.8 Ferramenta de busca	7	63,63
1.9 Legenda Bibliográfica	6	54,54
1.10 <i>ISSN</i>	8	72,72
1.11 <i>DOI</i>	0	0
1.12 Licença <i>Creative Commons</i>	0	0
1.13 Direitos autorais	9	81,81
1.14 Plataforma Scielo	5	45,45

Dos 11 periódicos analisados, 100% apresentam o título e subtítulo do periódico e arquivos para consulta de artigos e 18,18% apresentam o título e subtítulo do periódico em outro idioma. Os indicadores Logomarca; Fascículo; Volume e Sumário atingiram 90,90% do total. Quanto a Ferramenta de Busca, apenas 63,63% disponibilizaram e a Legenda Bibliográfica (NBR 6021 e NBR 6023), apenas 54,54% disponibilizaram no periódico, dificultando a referência do periódico e recuperação. Somente 72,72% apresentaram o número do *ISSN* na página, lembrando que este indicador é reconhecido internacionalmente e serve de referência para recuperação do periódico na internet. Nenhum periódico disponibilizou o *Digital Object Identifier (DOI)*, uma Licença *Creative Commons* (permissão de uso com determinadas condições e que é uma tendência no meio digital). Dos 11 periódicos pesquisados, 45,45% estão na plataforma Scielo e 54,54% estão isolados. Na questão dos Direitos Autorais, 81,81% dos periódicos analisados disponibilizaram informações sobre o *copyright*.

A Tabela 3 aborda a responsabilidade do periódico científico:

Tabela 3 – Responsabilidade do periódico

RESPONSABILIDADE DO PERIÓDICO	TOTAL	%
2.1 Nome da instituição ou editora responsável	10	90,90
2.2 Comissão editorial ou editorial	9	81,81
2.3 Contato com membros da comissão editorial	2	18,18
2.4 Editor	9	81,81
2.5 Instituição	11	100
2.6 Contato com instituição	9	81,81

Percebe-se o atendimento a 5 dos 6 itens na lista. O item 2.1 é contemplado por 90,90% dos periódicos analisados; os itens 2.2, 2.4 e 2,6 são contemplados por 81,81% dos periódicos; o item 2.3 é atendido por 18,18% dos periódicos e o item 2.5 atinge 100% do total de periódicos analisados. Cumpre destacar que o menor índice de atendimento se deu quanto ao item 2.3.

A Tabela 4 refere-se ao critério tempo de existência de cada periódico:

Tabela 4 – Tempo de existência

TEMPO DE EXISTÊNCIA	TOTAL	%
1941	1	9,09
1967	1	9,09
1981	2	18,18
1984	2	18,18
1986	1	9,09
1989	1	9,09
1994	2	18,18
2002	1	9,09

Dos 11 periódicos analisados, todos informaram seu tempo de existência. Percebe-se que 7 periódicos existem há mais de 20 anos, 1 há 20 anos, 2 há mais de 10 anos e apenas 1 é publicado há menos de 10 anos. Todos os demais ou migraram para o modelo *on-line* ou mantêm os dois formatos: impresso e *on-line*.

A tabela 5 apresenta o critério periodicidade dos periódicos analisados:

Tabela 5 – Periodicidade

PERIODICIDADE	TOTAL	%
Anual	3	27,27
Semestral	3	27,27
Quadrimestral	2	18,18
Bimestral	1	9,09
Mensal	1	9,09

A maior incidência de periodicidade, 27,27% está nos periódicos que são editados anualmente e semestralmente, sendo que a periodicidade mensal e bimestral apresentam apenas 1 título cada.

A tabela 6 apresenta o critério indexação:

Tabela 6 – Indexação

INDEXAÇÃO	TOTAL	%
Sim	7	63,63
Não	4	36,36

Dos 63,63% periódicos que apresentam onde estão indexados, 45,45% estão indexados no portal Scielo (classificados nos estratos A2, B2 e B3) e os demais não explicitaram as indexações, cuja informação é um indicativo importante para a legitimidade do periódico.

A tabela 7 apresenta os resultados do critério artigos:

Tabela 7 – Artigos

ARTIGOS	TOTAL	%
6.1 Título e subtítulo do artigo	11	100
6.2 Título e subtítulo do artigo (outro idioma)	3	27,27
6.3 Autores	11	100
6.4 Resumo	8	72,72
6.5 Tradução do resumo (outro idioma)	5	45,45
6.6 Palavras-chave	8	72,72
6.7 Tradução das palavras-chaves (outro idioma)	5	45,45
6.8 Legenda bibliográfica	8	72,72
6.9 DOI	1	9,09

Dos artigos pesquisados, 100% apresentaram título e subtítulo, 27,27% apresentam o título em outro idioma (classificados nos estratos B2 e B3), 100% apresentaram o nome dos (s) autor (s), 72,72% apresentam o resumo e 45,45% apresentam o resumo em outro idioma (A2, B1, B2 e B3). Apenas 72,72% informaram as palavras-chave e 45,45% a tradução das palavras-chave em outro idioma (A2, B2 e B3). Sobre o critério legenda bibliográfica, 72,72% apresentam essa informação e, apenas 1 artigo utiliza o DOI.

A tabela 8 refere-se ao formato de apresentação do artigo:

Tabela 8 – Formato do artigo

FORMATO DO ARTIGO	TOTAL	%
7.1 Texto em <i>HTML</i>	6	54,54
7.2 Texto em <i>PDF</i>	10	90,90

O formato dos textos dos artigos em PDF (formato recomendado para garantir a segurança contra alterações no documento) representa 90,90% dos periódicos analisados. Deste universo, 54,54% estão em formato *HTML*. Os periódicos que estão no Scielo apresentam as duas alternativas: 1 apresenta exclusivamente em *HTML* e os outros 5 somente em *PDF*.

De acordo com a literatura sobre periódicos científicos e os resultados obtidos na verificação dos 11 periódicos de acesso livre da área do Direito, nota-se a transição do formato impresso para o *on-line*, ao utilizar a internet como ferramenta de pesquisa. Com a evolução das TICs, a recuperação da informação científica torna-se rápida, acessível, abrangente e, permite a divulgação e disseminação das pesquisas científicas de forma global e sem barreiras geográficas.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou analisar os periódicos científicos de acesso livre na área do Direito, classificados pelo Qualis/CAPES (Ano-Base 2007) quanto o atendimento aos padrões da normalização. A partir dos resultados obtidos na pesquisa é possível verificar o atendimento parcial aos critérios recomendado, pela literatura científica para periódicos científicos. Percebe-se ainda, que não existe uma norma específica para periódicos científicos *on-line*, fato que interfere diretamente no padrão de cada periódico. Observou-se que a estrutura dos periódicos científicos de acesso livre é semelhantes aos impressos, adicionando critérios como DOI, *Creative Commons* e plataformas, inexistentes no cenário impresso.

Quanto aos objetivos específicos:

- a) Na literatura identificaram-se 5 critérios e modelos de avaliação para periódicos científicos, com destaque para o Modelo de Medeiros, Fachin e Rados (2008) por ser o mais completo, abrangente e compreensível;
- b) A área do Direito possui 63 periódicos (Ano-Base 2007) classificados nos estratos A2, B1, B2 e B3 e, destes 17,5% são de acesso livre;
- c) Dos periódicos analisados, constatou-se o atendimento parcial aos padrões recomendados pela literatura.

Na verificação dos resultados observa-se que nem todos os periódicos atendem aos indicadores de cada critério da lista de verificação para periódicos de acesso livre, ou seja, os periódicos não atendem totalmente aos critérios e normas apresentados na literatura científica. Percebe-se a ausência de atendimento quanto aos indicadores DOI, Licença *Creative Commons* e Plataforma, elementos fundamentais para a identificação, editoração do periódico e para a recuperação da informação na internet.

Entende-se que, independente do formato, o periódico científico deve atender os critérios e normas exigidas. Por isso, há necessidade de avaliações e estudos em torno deste canal de publicação e divulgação de informações científicas, a fim de que seja dada continuidade às pesquisas em todas as áreas do saber.

A pesquisa buscou verificar a situação dos periódicos de acesso livre na área do Direito, classificados pelo Qualis/CAPES (Ano-Base 2007) e complementa a importância de avaliações constantes dos periódicos da área do Direito para que sejam reconhecidos internacionalmente, em virtude de ser uma área de relevância social, abrangente e por tratar dos interesses de cidadãos em busca de seus direitos.

De acordo com Shultze (2005, p. 164) faz-se necessária “a utilização de instrumentos de avaliação que permitam a classificação dos títulos para oferecer à comunidade acadêmica subsídios para identificar os periódicos científicos que melhor sirvam aos seus interesses”. Não se tem como negar a importância dos periódicos junto à sociedade como principal meio de divulgação e acesso à informação e o periódico *on-line* veio acrescentar elementos diferenciais - a acessibilidade e a abrangência.

Um aspecto que chama a atenção é a unificação do conceito classificatório, hoje realizado no Brasil apenas pelo Qualis/CAPES, com critérios que não chegam a acompanhar outras instituições classificatórias internacionais – mais completas e abrangentes, mesmo em se tratando de classificação na origem.

Por fim, os critérios de classificação dos periódicos científicos devem primar obrigatoriamente por permitir não apenas o acesso livre à informação, mas à informação confiável e correta. A ausência de padrões, normas e critérios em publicações periódicas de acesso livre minimiza a disseminação da produção científica, o que afeta diretamente na recuperação da informação. Por isso, se faz necessária normalizações e avaliações para aferir a qualidade dos periódicos de acesso livre.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, A. A. et al. Comunicação científica: o papel da open archives initiative no contexto do acesso livre. **Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon.**, Florianópolis, n. esp., p.1-16, 1^o sem. 2007. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/esp_06/bibesp_esp_06_baptista_esp_20071.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2008.
- BARBALHO, C. R. S. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G (Org.). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p.123-158.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 315 p.
- BARROS, L. Fontes de informação jurídica. In: Edilenice Passos (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 201-225.
- BOMFÁ, C. R. Z. **Revistas científicas em mídia digital: critérios e procedimentos para publicação**. Florianópolis: Visual Books, 2003. 131 p.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. 80 p. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/arquivos/ConferenciaNacional/livro.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2008.
- BRITES, J. G.; PEREIRA, J. Tecnologias da informação e da comunicação e a polêmica sobre direito autoral: o caso Google Book Search. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n.1, p. 167-174, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/910/708>>. Acesso em: 25 out. 2008.
- CAMPELLO, B.; ABREU, V. L. F. G. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 178-193, jul./dez.2005. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/18/6>>. Acesso em: 10 de nov. 2008.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1).
- CÔRTEZ, P. L. Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 35-55.
- CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Quadro de advogados**. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/relatorioAdvOAB.asp>>. Acesso em: 4 jun. 2009.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Critério de classificação do qualis por área (triênio 2004-2006)**. Disponível em:

<http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2004_2006/Criterios_Qualis_2005_26.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2009.

COSTA, S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, v. 4, n.2, set. 2008, p. 218-232. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 3 nov. 2008.

CREATIVE COMMONS BRASIL. **Conheça as licenças**, 2005. Disponível em: <http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=39>. Acesso em: 10 maio 2009.

CRUZ, A. A. A. C. da et al. Impacto dos periódicos científicos eletrônicos em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 47-53, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciainformacao>>. Acesso em: 5 set. 2008.

DEVIS, J. D. et al. Las revistas científico-técnicas españolas de ciencias de la actividad física y el deporte: adecuación a las normas ISO y grado de normalización. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 38-47, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/69/64>>. Acesso em: 30 out. 2008.

DIAS, G. A.; DELFINO JUNIOR, J. B.; SILVA, J. W. de M. Open Journal Systems – OJS: migrando um periódico científico eletrônico para um sistema automatizado de gerência e publicação de periódicos científicos eletrônicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 75-82, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/826/1448>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

HARNAD, S. Entrevista concedida a Lúcia Café e Hélio Kuramoto. **Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. Esp., 1º sem. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/647/518>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

FACHIN, G. R. B. **Modelo de avaliação para periódicos científicos on-line**: proposta de indicadores bibliográficos e telemáticos. 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____; HILLESHEIM, A. I. de A. **Periódico científico**: padronização e organização. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 185 p.

_____; RODRIGUES, R. S. Portais de periódicos científicos: desafios. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: IBICT, 2008. Disponível em: <<http://cipecc2008.ibict.br/index.php/CIPECC2008/cipecc2008/paper/download/30/55>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

FERREIRA, S. M. S. P. Critérios de qualidade para as revistas científicas em comunicação. In: _____. **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 269-293.

FIGUEIREDO, N. M. A. de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Caetano do Sul: Difusão, 2004. 247 p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **O que é o Creative Commons?** 2005. Disponível em: <http://www.diretorio.fgv.br/view_pub.asp?section_id=48&sub_section=37&category_id=86&id=77>. Acesso em: 15 maio 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GONÇALVES; A; RAMOS, L. M. S. V.; CASTRO, R. C. F. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p.163- 190.

GROGAN, D. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995. 196 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **SEER já é usado por 63 revistas brasileiras**, 2005. Disponível em: <<http://seer.ibict.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Educação superior cursos e instituições**, 2008. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp>. Acesso em: 5 jun. 2009.

KURAMOTO, H. **Atuação do IBICT e os open archives**, 2005. Disponível em: <http://www.ibict.br/anexos_secoes/atuacao.ibict.ppt>. Acesso em: 25 jun.2008.

KRZYZANOWSKI, R. F.; FERREIRA, M. C. G.; MEDEIROS, R. Instrumental aos autores para preparação de trabalhos científicos. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G (Org.). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 55-72.

MEADOWS, A . J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268p.

MEDEIROS, G. M. de; FACHIN, G. R. B.; RADOS, G. J. V. Padronização de periódicos científicos on line da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **R. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v.13, n.2, p. 415-438, jul./dez. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/index.php>>. Acesso: 25 nov. 2008.

MENDONÇA, T. C.; FACHIN, G. R. B.; VARVAKIS, G. Padronização de periódicos científicos on-line: estudo aplicado na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n.1, p. 179-191, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/452/372>>. Acesso em: 07 jul. 2008.

MIRANDA, A. C. C. de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, E (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p.137-172.

MORENO, F. P.; LEITE, F. C. L.; MÁDERO ARELLANO; M. A. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 82-94, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a07.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2008.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2008.

OLIVEIRA NETTO, A. A. de. **Metodologia da pesquisa científica**: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Visual Books, 2006. 176 p.

Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre (OASIS.BR). **Critérios para inclusão de periódicos científicos**, 2007. Disponível: <<http://oasisbr.ibict.br/sobre.php>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT (PKP). **Open Journal System**, 200-. Disponível em: <<http://pkp.sfu.ca/ojs/>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

SABBATINI, Marcelo. Do modelo impresso para o modelo eletrônico. In: **Publicações eletrônicas na internet**. São Caetano do Sul (SP): Yendis, 2005. p. 237-265.

SAYÃO, L. F. Preservação de revistas eletrônicas. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G (Org.). **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Editora Senac/Cengage learning, 2008. p.167-210.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Critérios de avaliação de periódicos para admissão na Scielo**, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt>>. Acesso em: 12 abr. 2009.

SCHULTZE, S. Características de periódicos científicos produzidos por editoras universitárias brasileiras. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 157-179, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/36/1517>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

SUBER, P. Removing barriers to research: an introduction to open access for librarians. **College & Research Libraries News**, v. 64, n. 2, p. 92-94, 2003. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00001027/01/acrl.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 230 p.

TARGINO, M. das G. Artigos científicos: a saga da autoria e co-autoria. In: Critérios de qualidade para as revistas científicas em comunicação. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO M. das G (Org.). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p.35-54.

TRZESNIAK, P. As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação. **R. Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.32, p. 346-361, maio/ago. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso 10 jul. 2008.

ULRICH'S PERIODICALS DIRECTORY. **Ulrich's On Disc - Spring 2008**. 2008. 1 CD-ROM.

VALERIO, P. M. C. **Periódicos científicos eletrônicos e novas perspectivas de comunicação e divulgação para a ciência**. Rio de Janeiro, 2005. 190 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

WEITZEL, S. da R. Fluxo da informação científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p.81-114.

WITTER, Geraldina Porto. Produção científica: escalas de avaliação. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p.289-311.

YAMAMOTO, O et al. Avaliação de periódicos científicos brasileiros na área de psicologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 163-177, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/173/152>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

APÊNDICE A – Lista de Verificação para Periódicos de Acesso Livre na área do Direito

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE NA ÁREA DO DIREITO											
CRITÉRIOS/INDICADORES	PERIÓDICOS										
	1 A2	2 A2	3 B1	4 B1	5 B1	6 B2	7 B2	8 B3	9 B3	10 B3	11 B3
1 PERIÓDICO NO TODO											
1.1 Título e subtítulo do periódico	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.2 Título e subtítulo do periódico (outro idioma)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
1.3 Logomarca do periódico ou da instituição ou da editora responsável	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.4 Número do Fascículo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.5 Volume	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.6 Sumário	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.7 Arquivos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.8 Ferramenta de busca	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.9 Legenda Bibliográfica	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.10 ISSN	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1.11 DOI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
1.12 Licença Creative Commons	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
1.13 Direitos autorais	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
1.14 Plataforma Scielo	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
2 RESPONSABILIDADE DO PERIÓDICO											
2.1 Nome da instituição ou editora responsável	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2.2 Comissão editorial ou editorial	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
2.3 Contato com membros da comissão editorial	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
2.4 Editor	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
2.5 Instituição	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2.6 Contato com instituição	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
3 TEMPO DE EXISTÊNCIA	1981	1984	2002	1989	1984	1994	1967	1994	1986	1941	1981
4 PERIODICIDADE	Mens.	Anual	Semens.	Anual	Semens.	Anual	Bimens.	Semens.	Quadrím.	Quadrím.	Não
5 INDEXAÇÃO	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
6 ARTIGOS											
6.1 Título e subtítulo do artigo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6.2 Título e subtítulo do artigo (outro idioma)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
6.3 Autores	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6.4 Resumo	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
6.5 Tradução do resumo (outro idioma)	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
6.6 Palavras-chave	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
6.7 Tradução das palavras-chaves (outro idioma)	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
6.8 Legenda bibliográfica	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
6.9 DOI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
7 FORMATO											
7.1 Texto em HTML	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
7.2 Texto em PDF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

LEGENDA

Mensal = Mens.
 Bimestral = Bimens.
 Quadrimestral = Quadrím.
 Semestral = Semest.